

Samney, José.

# O dilema do Legislativo

O GLOBO

29 JAN 1995

JOSÉ SARNEY

A sociedade democrática é feita de conflitos. Conflitos reais, conflitos construídos, conflitos simulados, conflitos de interesses, de corporações etc. Cabe ao Estado harmonizar os conflitos, e ao sistema político gerenciar esse processo pela intermediação, pelo diálogo, pelos instrumentos legais colocados à disposição da paz social. Mas é necessário saber que o conflito não é uma manifestação patológica da sociedade, e sim uma expressão de vitalidade, de saúde do corpo social, onde circula a liberdade.

Dos três poderes, Executivo, Judiciário e Legislativo, é este o mais vulnerável. Não somente por ser o poder desarmado, mas pelo fato de que seus conflitos são públicos, processam-se à luz do dia. Os outros poderes têm seus conflitos, mas são resguardados pelos muros que os cercam. Assim, o Congresso é sempre a vitrine e seus erros são imperdoáveis por uma sociedade de cobranças e atenta a tudo que ali ocorre, porque é o Congresso a casa que o país escolhe para servir de exemplo didático do que não se deve fazer.

No mundo inteiro, sem exceção, vive a instituição parlamentar uma grande crise. Crise de profundidade, não conjuntural, não limitada ao seu funcionamento e seus defeitos, mas uma contestação estrutural que tem origem nas mudanças que se processaram no mundo inteiro. O fim das ideologias não destruiu somente o socialismo, mas abalou profunda-

mente o sistema representativo. Na minha opinião, o colapso das ideologias foi determinado muito mais pelas conquistas da ciência e da tecnologia do que pela vitória de um sistema sobre o outro. O libertário no mundo moderno passou a ser o conhecimento, e o mundo socialista não pôde competir com o capitalismo que gerou recursos para o desenvolvimento científico que, por sua vez, possibilitou meios de comunicação de massa capazes de criar um novo interlocutor da sociedade democrática, a opinião pública.

O sistema representativo clássico, vigente até os dias de hoje, tem a fonte de sua legitimidade no voto, no eleitor que assegura a periodicidade dos mandatos. Durante esse período, o representante do povo tinha esta legitimidade intocável. Hoje, não é bem assim. A mídia, as pesquisas, os meios de comunicação de massa cobrindo toda a sociedade ratificam legitimidade ou a retiram. Uma campanha, uma discordância profunda, um noticiário sistemático contrário pode causar uma perda de legitimidade de qualquer representante, seja do Poder Executivo ou do Poder Legislativo. Como o Poder Executivo tem maiores instrumentos de defesa e os seus conflitos não são tão visíveis, ele é menos vulnerável, coisa que não acontece com o Legislativo. Há, hoje, o envelhecimento precoce dos parlamentos. Eles representam o dia da eleição, o estado de espírito do eleitor naquele dia que rapidamente pode desaparecer. O voto proporcional agrava a situação, porque o deputado não detém, sequer, a legitimidade geográfica que existe no sistema distrital.

Então, os parlamentos tentam buscar outra legitimidade e esta é a da

opinião pública, que passa a tomar o lugar dos partidos e torna-se o novo interlocutor da sociedade democrática. Se eles a perdem, estão fulminados. A questão se resume num cabode-guerra: quem representa o povo? A mídia e a sociedade civil organizada, através de sociedades corporativas, comunitárias ou quaisquer outras?

Surgem, então, duas legitimidades dentro dos parlamentos: dos eleitos, dada pelos eleitores; e a da sociedade civil, dada pela opinião pública, por sua vez, expressa pela mídia. Assim, os parlamentos perdem sua legitimidade e, indefesos e desprestigiados, vivem uma crise que é mais da democracia representativa do que deles próprios. A briga passa a ser entre duas legitimidades: a do voto e a da mídia — sociedade civil. Estas não têm interesse naquilo que era a essência da velha democracia: "Sem parlamento forte, não há democracia forte." É melhor parlamento fraco, o que também agrada ao Executivo. E se o Congresso ainda oferece a cara para bater, as coisas se complicam cada vez mais. Portanto, mais do que nunca, até que se redefina o novo modelo que certamente virá, os parlamentos têm de saber que não podem, de nenhuma maneira, cometer erros, aparecer como fontes de privilégios nem como um organismo inútil e despreparado para servir à sociedade. Esta crise atinge, também, o eleitor que passa a ser refém da própria mídia e confrontado com o que se convencionou chamar sociedade civil organizada que, com ele, não tem nenhum vínculo institucional.

No caso específico do Brasil, o nosso Congresso ainda é o Congresso do século XIX, isto é, o Congresso do discurso, e a sociedade está condicio-

nada a olhar a face do Congresso, no plenário. O Congresso moderno é o Congresso aparelhado para fiscalizar, controlar, acompanhar as ações do Executivo e legislar. O discurso é apenas uma forma de fiscalização, como são o requerimento de informações e as comissões de inquérito.

A Constituição de 88 atrasou ainda mais o desenvolvimento político brasileiro. As nossas instituições estão caminhando para trás. O que nos salva é o fato de termos criado uma sociedade democrática e uma democracia participativa que ocupou o lugar das velhas práticas políticas. Mas essa conduta é uma forma de transição. Instituições fortes e permanentes são necessárias porque essenciais à existência de um país democrático. O mundo chega a duas vertentes definitivas: a democracia liberal e a economia de mercado. Uma não vive sem a outra. O caminho do desenvolvimento passa pela democracia, pela liberdade com seu poder criativo que tem até a virtude de corrigir excessos.

Vejo uma preocupação grande pelos problemas econômicos, mas quero lembrar uma coisa que está sendo esquecida e que foi dita pelo presidente Fernando Henrique quando assumiu o Ministério da Fazenda: "Nosso problema não é econômico, é político." A economia é a conjuntura, a democracia é o definitivo. O Congresso não é uma omelete que, para ser feita, é necessário quebrar ovos. Um Congresso em frangalhos não é bom para ninguém. Vamos marchar para um grande mutirão de levantá-lo, acabando seus erros e maximizando suas virtudes.

José Sarney é senador pelo PMDB do Amapá.